

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CONEXÕES POLÍTICAS

Investigações mostram que facção troca apoio político por cargos

No Ceará, ex-vereador morto era ligado a membros do Comando Vermelho; na Bahia, deputado é suspeito de elo com milícia

HEITOR MAZZOCO
MARCELO GODOY

Era uma sexta-feira em Itaitinga, cidade a 30 km de Fortaleza, quando um crime chocou a cidade de 64,6 mil habitantes. Às 12h12 de 31 de agosto de 2018 o então vereador João Roberto de Oliveira Martins, eleito pelo PRTB, encostou seu Toyota Hilux em frente à Câmara Municipal. Segundos depois, um Palio Weekend parou no meio da rua. Três homens desceram do carro e dispararam em direção a Martins, que morreu alvejado por pelo menos dez tiros. Outras duas pessoas que estavam com o vereador conseguiram escapar.

Os integrantes do bando são apontados pelo Ministério Público do Ceará como membros da facção criminosa Comando Vermelho (CV), que surgiu no Rio na década de 1980 e tenta comandar áreas dominadas pelo crime em outros Estados. No entanto, os criminosos perceberam um ramo de negócio lucrativo na política e, desde então, tentam se aproximar cada vez mais do poder público.

Crime e política
Criminosos colocam em
cargos da administração
pública parentes e aliados,
dizem investigadores

Itaitinga se tornou um exemplo da ligação entre crime organizado e política. De acordo com a Polícia Civil e o MP do Ceará, o então vereador mantinha elo com integrantes do CV. Em troca de apoio político nas eleições, a facção era agraciada com cargos. A investigação apontou que a mãe de um dos criminosos foi nomeada para trabalhar no Legislativo municipal. Martins foi eleito em 2004, 2008, 2012 e 2016.

A boa relação entre o ex-vereador e a facção terminou, mas não por questões políticas. Conforme o MP, “a motivação do crime está relacionada à desconflança” que o líder do CV na região, José Flávio de Sousa, “nutria em relação a um suposto caso amoroso” entre sua ex-mulher e Martins.

Em novembro de 2023, cinco acusados por envolvimento no crime foram condenados

pelo Tribunal do Júri de Fortaleza. Sousa foi sentenciado a 32 anos e um mês de prisão. Apontados como os atiradores, Rafael Alves Nunes, José Roberto de Braga Mesquita e Samuel Adams Barros Andrade foram condenados a 32 anos e sete meses cada um. Todos os condenados entraram com recurso. O **Estadão** conseguiu contato apenas com o advogado Francisco Marcelo Brandão, que defende José Flávio de Sousa. Ele confirmou que os sentenciados buscam reverter a decisão de primeiro grau e reduzir a pena.

CELULAR. Ainda no Ceará, em uma investigação da Delegacia de Combate às Ações Criminosas Organizadas (Draco), da Polícia Civil, em novembro de 2020 investigadores identificaram mais um indicativo de que os criminosos estão cada vez mais interessados nas relações com o poder público.

Eles tiveram acesso ao celular de Almerinda Maria Barbosa de Sousa, conhecida como Irmã Ruiva, que recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do litoral do Estado. O elo de Irmã Ruiva na “política” era Rener Castro de Sousa, segundo as investigações. Os dois são apontados como líderes do CV na região.

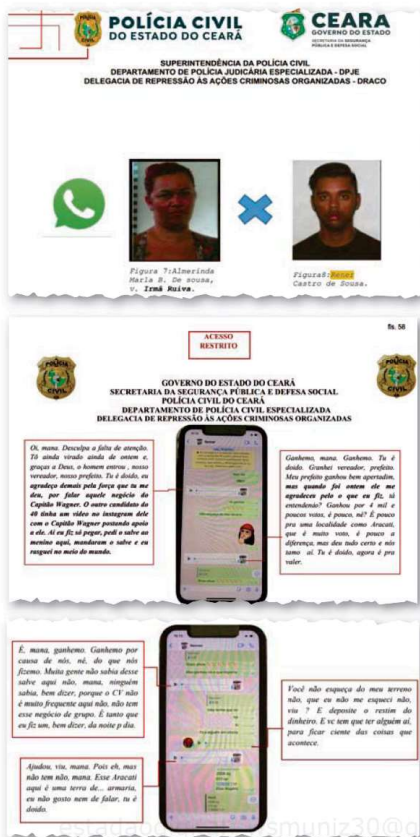
Em uma das conversas com Ruiva, ao fim das eleições de 2020, Rener diz que deu apoio financeiro a alguns candidatos a prefeito e a vereador, em troca de cargos, e que houve um “salve” (determinação) da organização criminosa com a proibição de apoio a nomes aliados a um ex-deputado federal do União Brasil.

“Graças a Deus, o homem entrou, nosso vereador, nosso prefeito. Tu é doído, eu agradeço demais pela força que tu me deu”, afirma Rener em um dos áudios transcritos pela polícia. Na conversa, Ruiva aconselha Rener ao dizer para ele se dedicar mais ao mundo político e “deixar os negócios referentes ao tráfico nas mãos dela”.

A polícia não conseguiu identificar os candidatos apoiados pela facção criminosa. afirmou também que não encontrou provas que ligariam Rener a políticos, já que as nomeações citadas pelo líder do CV não teriam ocorrido.

‘OLHO GRANDE’. Para o Ministério Público do Ceará, há provas do envolvimento de Rener com a facção. Isso porque, em uma das mensagens, ele afirma que colocaria outra pessoa em seu lugar para cuidar dos negócios enquanto estivesse

Irmã Ruiva recebia informações sobre movimentações políticas em cidades do Ceará de Rener Castro de Sousa; os dois são apontados como líderes do Comando Vermelho na região



“A partir do momento que ficam grandes, (as organizações) começam a almejar cargos políticos primeiro em nível municipal, local, e vão escalando. Fazem candidaturas, fazem com que membros se candidatem. Tudo com a ideia de obter vantagem operacional”
Matheus Falivene de Sousa
Professor e doutor em
Direito Penal

em “cargos políticos comissionados”. “O denunciado demonstra que, ao assumir o seu cargo político, posicionaria um outro membro da organização criminosa à frente de seus negócios, expondo características que procura. Uma pessoa que, se eu precisar voltar, que não tem o olho grande”, diz um trecho da denúncia oferecida pela 115.^a Promotoria de Justiça de Fortaleza.

O advogado de Rener, Paulo Sérgio Ripardo, já apresentou as alegações finais no caso. A expectativa é de que a ação seja julgada no primeiro semestre deste ano. Ao **Estadão**, Ripardo disse esperar a absolvição de Rener, que responde por envolvimento com organização criminosa. “No caso dele não há provas”, disse o defensor, que também afirmou não acreditar no envolvimento de Rener com políticos. A

reportagem não conseguiu localizar a defesa de Irmã Ruiva.

CRIMES. No dia 7 de dezembro de 2023, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), braço do Ministério Público da Bahia, desencadeou a Operação El Patron. A Justiça recebeu a denúncia contra 21 pessoas. Entre elas está o deputado estadual Kléber Cristian Escobedo de Almeida, conhecido como Binho Galinha (Patriota), eleito para um cargo público pela primeira vez em 2022.

De acordo com o MP, “o parlamentar é apontado como líder de grupo miliciano que atua na região de Feira de Santana, acusado por crimes de lavagem de dinheiro do jogo do bicho, agiotagem e receptação qualificada”. Este ano, Binho Galinha aparece como eventual nome para disputar a prefeitura de Milagres ou Feira de Santana. Milagres é a cidade natal do deputado; Feira de Santana é o local em que construiu a carreira política.

A Justiça determinou bloqueio de R\$ 200 milhões das contas bancárias dos investigados e o sequestro de 14 veículos e 26 imóveis, sendo dez fazendas, nove casas, quatro terrenos, dois apartamentos e uma sala comercial, além da suspensão de atividades econômicas de seis empresas.

“O MP solicitou à Justiça que determine o pagamento de multa superior a R\$ 30 milhões por danos morais coletivos. Durante as investigações, revelou-se que a organização criminosa realizou, em uma década, movimentações bancárias superiores a R\$ 100 milhões, total transferido diretamente ao logo do tempo pelos investigados e por empresas constituídas com o intuito de garantir aparência de licitude aos recursos movimentados”, disse o MP, em nota.

Logo depois da operação, o deputado afirmou que está à disposição da Justiça. “Mantemos nossas atividades pessoais e legislativas sem alteração. Confiar na Justiça e estou à disposição para dirimir dúvidas. Nosso jurídico está tomando as devidas providências para prestar esclarecimentos”, disse o parlamentar na ocasião. Ele não foi encontrado para se manifestar novamente.

Professor e doutor em Direito Penal, Matheus Herren Falivene de Sousa afirmou que é comum as facções tentarem uma escalada dentro do poder público. “A partir do momento que ficam grandes, (as organizações) começam a almejar cargos políticos primeiro em nível municipal, local, e vão escalando como forma de obter vantagens. Elas financiam candidaturas, fazem com que membros se candidatem. Tudo com a ideia de obter vantagem operacional”, disse. ●